

Senador apóia representação

Para o presidente da Comissão do Distrito Federal, senador Heitor Dias, da Arena baiana, a reivindicação de uma representação política para Brasília "é natural, dentro da sistemática política". Ressalta, no entanto, que uma Câmara de Vereadores é um projeto totalmente inadmissível, uma vez que o exemplo do antigo Distrito Federal, não deve ser seguido.

Quanto às acusações de que a Comissão do Distrito Federal no Senado é inútil, Heitor Dias afirma que esses comentários não provocam nenhuma reação, "já que a crítica é um direito de todo cidadão".

- "Eu tenho como temperamento - contou o senador - não me alimentar nem de escândalo, nem de sensacionalismo. Acredito, mesmo, que todos que não fazem parte da comissão são capazes de fazer muito mais do que está sendo feito". Acrescentou que a CDF cumpre seus objetivos dentro da Constituição e da Lei.

Finalizando, disse o parlamentar:

- Informo aos atltos que meu mandato termina em janeiro, o que dará a essas pessoas a condição de ficar no meu lugar e resolver tudo o que reclamam da atual CDF.

Na opinião do senador Cattete Pinheiro, Arena-Acre, não existe qualquer justificativa para a criação de uma câmara legislativa de Brasília, porém ele considera válida a tese de uma representação do Distrito Federal no Congresso Nacional.

- "Os Territórios Federais" argumentou - que têm governadores nomeados, são representados na Câmara; portanto, poderá ser dada essa representação também para o DF, a exemplo do que já está estabelecido para os territórios.

AÇÃO DE PRESSÃO

Refutando o adjetivo "inútil" atribuído à Comissão do Distrito Federal, disse Cattete Pinheiro que uma representação parlamentar nunca poderá ser considerada sem valor, "já que ela representa sempre um instrumento da vontade popular, desde que se manifeste muitas vezes".

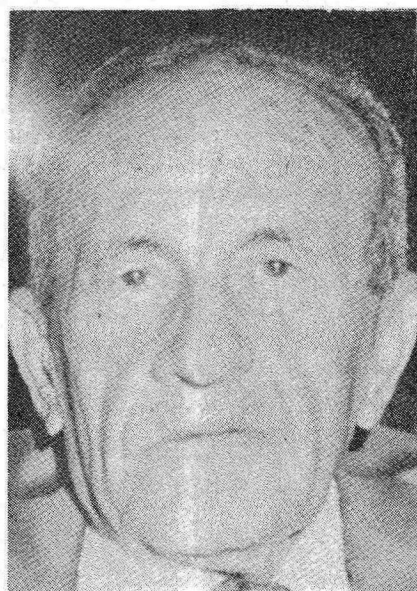
- O que falta em Brasília - prosseguiu o parlamentar - é a real manifestação de seus órgãos de representação, tornando prática o que eu chamo de ação de pressão popular junto aos seus representantes políticos. Algumas vezes, joga-se sobre a CDF a acusação de inoperante, que não é real. Ela seria, quando muito, circunstancial. É claro que as atividades desta comissão para os assuntos do DF apresentam alternativas que dependem, inclusive, da maneira de atuar daqueles parlamentares que a compõem. Mas, tenho certeza de que no momento em que a população desta cidade se organize para exercer a sua ação reivindicatória há de encontrar sempre a sensibilidade necessária para atender os seus reclamos em defesa das suas justas reivindicações".

ELEITOR CASSADO

A universitária Ana Lúcia Machado lembrou que estando o eleitor em Brasília "casado" do seu direito de votar, a criação de uma representação política da Capital se impõe, para fiscalizar a administração e evitar os escândalos de mordomia e outros denunciados pela imprensa e que levaram o Governo federal a baixar o Ato Institucional punindo um ex-governador e seus auxiliares. A seu ver, o receio de que uma câmara de vereadores local poderia ser a repetição da "gaiola de ouro" do antigo DF não se justifica, "porque a história não se repete e devemos dar um crédito de confiança aos homens deste país".

Também o arquiteto Antônio Carlos Seeberg expôs o mesmo parecer. Segundo ele, mais importante que uma representação política é Brasília ter como seu governador uma pessoa que resida aqui há anos.

- De preferência, seja um pioneiro, porque ele, melhor do que ninguém, conhece os problemas da cidade, e, de uma forma ou



Adalberto Sena



Heitor Dias



Cattete Pinheiro

de outra, já tentou resolvê-los. Aliás, o primeiro passo para a legítima e necessária representação política será a escolha de governantes entre os que lutaram pela construção e consolidação de Brasília. Isso não representa nenhuma crítica a ex-governantes nem mesmo ao atual, pois todos trabalharam e trabalharam muito pela população. Mas, uma coisa ninguém pode negar: quando eles chegaram, praticamente só conheciam a Capital de nome e gastaram relativo tempo para entender seus problemas. Outro detalhe oportuno é que os primeiros deputados e vereadores de Brasília sejam pessoas nascidas aqui, o que só poderemos ver dentro de uns 10 ou 15 anos. Por enquanto, vamos lutar para que os pioneiros de valor sejam reconhecidos.

DIREITO DE VOTO

O senador Adalberto Sena, do MDB-Acre, disse que, em princípio, é favorável a uma representação política para Brasília, "sobretudo no Senado, onde esses representantes teriam participação mais autêntica na Comissão do Distrito Federal".

Todavia - acrescentou - como não acredito nessa possibilidade, porquanto o atual poder revolucionário insiste na sua preferência pelo modelo atual copiado dos norte-americanos, foi que tomei a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei nº 164 de 74, com o objetivo de conceder pelo menos o direito de voto aos eleitores de Brasília. Voto esse que, no caso de eleitores transferidos, seria nos Estados de origem; e, na hipótese de eleitores já nascidos no Distrito Federal, nas unidades da Federação onde seus ascendentes mantêm ou tenham mantido vínculos sociais.

Esse projeto do senador Adalberto Sena encontra-se na Comissão de Justiça.

Sobre as críticas feitas à CDF, disse o senador que "essa inutilidade pode ser entendida de 2 maneiras: ou é inútil em si mesma, ou envolve crítica aos membros que a compõem.

Entretanto - salientou - mesmo reconhecendo que a comissão não preenche as atribuições de uma Câmara de Vereadores, deve-se considerar que ela vem se dedicando a estudos de problemas do Distrito Federal, inclusive na área de fiscalização, como é público e notório.

Já o senador Fausto Castello Branco (Arena-PI) declara-se totalmente favorável à idéia, "uma vez que a fluência de todos os Estados para cá seria uma motivação para o aperfeiçoamento eleitoral. Cita também o fato de que a cidade deixou de ter prefeito para dar o lugar a um governador, "logo, em condições aparente de igualdade com outros Estados, nada mais justo que tivesse sua representação política, uma vez que as atribuições do Senado em relação do Distrito Federal são muito limitadas".

HERESIA ELEITORAL

O advogado e jornalista Edísio Gomes de Matos disse, em seu depoimento, que sempre foi veemente devoto das eleições em Brasília.

Tanto que a primeira providência por mim adotada - acrescentou - quando me transferi para cá, em 1960, foi precisamente a de me inscrever também como eleitor do cerrado. Votei nas eleições presidenciais que elegeram o sr. Jânio Quadros, compareci às urnas do plebiscito e colaborei com Pedro Aleixo na organização, aqui, do seu partido político, o PDR.

Em todas essas ocasiões - conta o advogado - a cidade, malgrado sua meninice, comportou-se coerentemente com a sua frustrada vocação de símbolo político da nacionalidade. Penso, porém, em termos maiores e não creio viável nem recomendável a instituição na Capital de uma Câmara Municipal. Porque Brasília, gente, é um Estado, o mais importante Estado da Federação em termos doutrinários. É na verdade - e por mais contraditório que isso possa parecer - um Estado Federal enquanto os demais são Estados Federados.

Na sua opinião, constitui uma "heresia eleitoral imperdoável e descabida negar ao eleitorado da capital o seu direito, mais que legítimo, de escolher seus representantes".

Finaliza dizendo que a circunstância especialíssima de não haver ainda o D.F. "adquirido maioridade" é inteiramente irrelevante. - Afinal - ponderou - não são os edifícios que votam, nem os palácios os que são eleitos. São os homens, as mulheres, o povo, quem vai às urnas para escolher e ser escolhido. E o povo desta cidade não é pior nem melhor do que o das outras comunidades nacionais, onde os palanques estão sendo valorizados.